

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.970 - SC (2019/0234459-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **KARINE DE SOUZA RODRIGUES**
ADVOGADOS : **GIOVANNI BROGNI - SC010861**
 EDAIR RODRIGUES DE BRITO JÚNIOR - SC014882
AGRAVADO : **CASA BRASIL COMERCIO ATACADISTA DE FERRAMENTAS E**
 MATERIAL ELETRICO EIRELI
ADVOGADOS : **PATRICIA COLOMBO ZANONI RANGEL - SC029987**
 HELENA DO ROSARIO - SC039462

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por KARINE DE SOUSA RODRIGUES, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS - DÍVIDA PESSOAL DE SÓCIO - POSSIBILIDADE - NECESSIDADE, NO ENTANTO, DE ESGOTAMENTO DE OUTROS MEIOS SATISFATIVOS

1 'Não se pode ignorar que o advento do artigo 1.026 do Código Civil relativizou a penhorabilidade das quotas sociais, que só deve ser efetuada acaso superadas as demais possibilidades conferidas pelo dispositivo mencionado, consagrando o princípio da conservação da empresa ao restringir a adoção de solução que possa provocar a dissolução da sociedade empresária e maior onerosidade da execução, visto que a liquidação parcial da sociedade empresária, por débito estranho à empresa, implica sua descapitalização, afetando os interesses dos demais sócios, empregados, fornecedores e credores' (REsp n. 1.284.988. Min. Luis Felipe Salomão).

2 Corno cediço, é possível a penhora de quotas sociais de sociedade empresária limitada, em execução na qual se pretenda a satisfação de dívida pessoal de sócio da empresa, mas antes deve-se priorizar o esgotamento de outros meios executivos, buscando-se constritar, por exemplo, o que couber ao devedor nos lucros da sociedade ou na parte que a ele tocar em liquidação (CC, art. 1.026)" (fl. 142e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 151/156e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA -

ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO (CPC, ART. 489, § 1º)

Os embargos de declaração não têm a finalidade de restaurar a discussão da matéria decidida com o propósito de ajustar o *decisum* ao entendimento sustentado pelo embargante.

A essência desse procedimento recursal é a correção de obscuridade, contradição ou omissão do julgado, não se prestando à nova análise do acerto ou justiça deste, mesmo que a pretexto de prequestionamento" (fl. 177e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 9º da Lei 1.060/50 e 98, §3º, do CPC/2015, sustentando que houve afronta aos referidos dispositivos, "diante da condenação da Recorrente ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios de sucumbência ao patrono da Recorrida, sem contudo, constar a suspensão da exigibilidade de tais verbas em razão do benefício da justiça gratuita concedida nos autos da lide da qual derivam os presentes embargos de terceiro" (fls. 186/187e); b) "as benesses da gratuidade deferida na fase de conhecimento permanecem operando efeitos nos procedimentos incidentais, *in casu*, nos embargos de terceiro, não lhe sendo exigível o recolhimento de custas e honorários de qualquer natureza, enquanto não revogado o benefício, nos termos do art. 98, § 3º, do Estatuto Processual Civil atual" (fl.190e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 213/218e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 221/223e), foi interposto o presente Agravo (fls. 225/233e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação merece prosperar.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, "uma vez concedida, a assistência judiciária gratuita prevalecerá em todas as instâncias e para todos os atos do processo, nos expressos termos do art. 9º da Lei 1.060/50", somente perdendo a eficácia a decisão deferitória, caso haja expressa revogação pelo Juiz ou Tribunal, razão pela qual "não se faz necessário para o processamento do recurso que o beneficiário refira e faça expressa remissão na petição recursal acerca do anterior deferimento da assistência judiciária gratuita" (STJ, AgRg nos EAREsp 86.915/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, DJe de 04/03/2015).

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL

CIVIL. RESERVA DE HONORÁRIOS. ART. 22, § 4º, DA LEI Nº 8.906/94. ADVOGADO COM MANDATO REVOGADO. DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE MANEJO DESSE INSTITUTO. PRECEDENTES DO STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, uma vez concedida, a assistência judiciária gratuita prevalecerá em todas as instâncias e para todos os atos do processo, nos expressos termos do art. 9º, da Lei 1.060/50.

2. Muito embora possível a reserva dos honorários nos próprios autos - art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/94, tal medida é incabível na hipótese de o advogado não mais representar a parte. Precedentes do STJ.

3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1.744.530/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 25/06/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CDA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF. ASSISTÊNCIA GRATUITA CONCEDIDA NA ORIGEM.

1. Trata-se de ação em que buscam as recorrentes desconstituir acórdão que negou seguimento ao Agravo de Instrumento por uso de instrumento processual inadequado.

2. O Tribunal de origem consignou que: "O uso desse instrumento pressupõe que a matéria alegada seja evidente mediante simples análise da petição, não sendo admissível dilação probatória, que somente seria cabível em sede de embargos à execução".

3. A alteração do decisum, para modificar o entendimento do magistrado, demanda incursão no acervo fático-probatório dos autos, medida que encontra óbice na Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

4. O entendimento atual da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça é de que, uma vez concedida, a assistência judiciária gratuita prevalecerá em todas as instâncias e para todos os atos do processo, nos expressos termos do art. 9º da Lei 1.060/50, sendo desnecessário para o processamento do recurso que o beneficiário refira e faça expressa remissão na petição recursal acerca do anterior deferimento do benefício (AgRg nos EAREsp 86.915/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 26.2.2015, DJe 4.3.2015).

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não

Superior Tribunal de Justiça

provido" (STJ, REsp 1.721.132/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/08/2018).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **c**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **dar provimento** ao Recurso Especial, determinando o retorno dos autos à origem, a fim de que o Juízo verifique a anterior concessão da gratuidade de justiça à recorrente, de modo que, caso constatada, haja extensão de seus efeitos aos presentes autos.

I.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora